



Artigo

CERCADINHO PCD: REFLEXÕES ACERCA DO PARADOXO DA INCLUSÃO NAS AÇÕES CULTURAIS

*PWD PLAYPEN: REFLECTIONS ON THE INCLUSION
PARADOX IN CULTURAL INITIATIVES*

*CORRALITO PCD: REFLEXIONES SOBRE LA PARADOJA
DE LA INCLUSIÓN EN LAS ACCIONES CULTURALES*

Claudio Rubino

Claudio Rubino

Produtor cultural, ilustrador e educador, pessoa com deficiência física, gay e autista. Investiga e pratica formas de acessibilidade na arte e na cultura. Mestrando em Artes da Cena, com trajetória em instituições como Instituto Tomie Ohtake, Itaú Cultural e Museu Afro Brasil.

E-mail: claudiorubino@culturadef.com

Resumo

O artigo aborda o paradoxo da inclusão de pessoas com deficiência nas ações públicas e políticas institucionais internas dos equipamentos culturais. A acessibilidade no setor frequentemente se limita a espaços isolados e estereotipados, aqui denominados “Cercadinho PCD”. A história da deficiência é marcada por exclusão e imposições hegemônicas que perpetuam estereótipos impedindo a participação plena em diversos âmbitos sociais. A acessibilidade cultural exige desconstrução de narrativas normativas e valoração das experiências e contribuições das pessoas com deficiência nas artes, uma interpretação crítica sobre os modelos de inclusão vigentes.

Palavras-chave: cercadinho PCD, acessibilidade cultural, capacitismo, inclusão, deficiência.

Abstract

This study explores the paradoxical nature of inclusive practices for disabled individuals within the public initiatives and internal institutional policies governing cultural institutions. Accessibility in this field is often confined to segregated and stereotyped spaces, which we ironically call “Cercadinho PCD” (“PwD Playpen”). The history of disability shows exclusion and dominant societal norms that reinforce stereotypes, hindering full participation in various social contexts. Cultural accessibility asks for the deconstruction of normative narratives and the validation and celebration of the experiences and contributions of disabled people in the arts, fostering a critical understanding of inclusion models.

Keywords: PwD playpen, cultural accessibility, ableism, inclusion, disability.

Resumen

Este artículo aborda la paradoja de la inclusión de personas con discapacidad en las acciones públicas y políticas institucionales internas de los equipamientos culturales. La accesibilidad en el sector, a menudo, se limita a espacios aislados y estereotipados, aquí denominados “Cercadinho PCD” (Corralito PCD). La historia de la discapacidad implica la exclusión e imposiciones hegemónicas que perpetúan estereotipos e impiden la participación plena en diversos ámbitos sociales. La accesibilidad cultural requiere la desconstrucción de narrativas normativas y la valoración de las experiencias y contribuciones de las personas con discapacidad en las artes, una interpretación crítica sobre los modelos de inclusión en vigor.

Palabras clave: corralito PCD, accesibilidad cultural, capacitismo, inclusión, discapacidad.

Precisamos explicar por quais razões as pessoas com deficiência foram isoladas, encarceradas, observadas, reguladas, tratadas, institucionalizadas e controladas em um grau provavelmente mais acentuado ao experimentado por qualquer outro grupo minoritário. Por quê? (Piccolo, 2022, p. 29).

Recebi a frase que abre este breve artigo de uma pessoa que admiro e tenho muito carinho e que tem a generosidade em compartilhar conhecimentos, indo direto ao ponto nevrálgico que nos atravessa em muitas camadas íntimas enquanto pessoas com deficiência no setor artístico-cultural. Compartilhar leituras e referências sobre as relações a respeito da deficiência como forma de afeto, processos de expurgo das dores do capacitismo diário que vivenciamos em qualquer hora, lugar ou contextos e grupos sociais, principalmente naquelas horas que nem esperamos, em uma atividade cultural, de lazer e nas relações profissionais nesse setor. Você não está errado, você não é uma pessoa sozinha, mas querem fazer com que você acredite nisso e de que precisa aceitar o que a normatividade compulsória¹ te oferece, o que as pessoas sem deficiência acreditam ser o melhor para nós.

Quantas vezes você, prezada leitora ou prezado leitor, já foi tangido para um lugar que julgam que é o seu e te avaliam com conhecimento parco e vil baseado em cartilha desatualizada, laudo médico ou em achismo? Independentemente de você ser uma pessoa com ou sem deficiência, tal comportamento pode ser muito violento e, para nós DEFs², é constante no dia a dia, nas camadas simbólicas embrenhadas nas estruturas e valores das sociedades, comportamento comum que não se deve ao acaso, não é por acidente ou descuido, é histórico.

Segundo Piccolo (2022), a narrativa histórica da deficiência é caracterizada por dinâmicas de exclusão e marginalização, perpetuadas pela medicalização que tende a neutralizar e ocultar as dimensões sociais, políticas e culturais de nós, DEFs. Devido aos sistemáticos silenciamentos, apagamentos

-
1. Alguns autores abordam a normatividade compulsória como mecanismo de exclusão que ignora a diversidade humana e busca eliminar as diferenças, impondo normas de comportamento e aparência que vão além das questões da deficiência: Michel Foucault (1988), Pierre Bourdieu (2014), Tobin Siebers (2008), Robert McRuer (2024).
 2. DEF é um termo criado por pessoas com deficiência que atuam nos setores artísticos culturais que reivindicam pensamento crítico a partir de produções dissidentes. Caroline Teixeira é uma das autoras que populariza a expressão **Cultura DEF**.

e negligências, nossa existência foi reduzida a conceitos patológicos, ignorando-se nossa complexidade e riqueza cultural, política e social. Essa abordagem medicalizante perpetua estereótipos limitantes. Entretanto, não pretendo me debruçar aqui nas bases sociais históricas da deficiência, apenas não devemos esquecer delas, que ainda insistem em forjar nossas escolhas, caminhos e destino.

Vivenciar a intersecção entre acessibilidade, gestão cultural, questões raciais, de orientação sexual e arte me fez compreender a importância da representação, presença e participação ativa. Acessibilidade e cultura do acesso não se resumem a remover barreiras físicas, mas também tem a premissa de desafiar narrativas hegemônicas e, de tal forma, nossa presença e produções nos espaços culturais de modo basal e fundamentalizador, não para reescrever nossa história, e sim tomá-la, pois ela não pode e nem deve ser alterada ou apagada, mas deve ser reconhecida como dívida histórica assim como o racismo é. O “lugar de fala,” se referindo à experiência pessoal da pessoa como epicentro dos debates das questões raciais trazida por Djamila Ribeiro, interseccionaliza com o anticapacitismo, o **Lugar de Falta**³ e a **Fala Aleijada**.

[...] fala aleijada, terminologia inspirada na Teoria Crip ou aleijada proposta por Robert McRuer. Proponho pensar “falas” como uma comunicação para além do trato vocal, mas ampliar a consideração de falas gagas, falas de surdos oralizados, falas de pessoas com distonias, paralisias, falas-olhos, falas-pés, falas-psicoatípicas. Provoco aqui com essa questão para não tentarmos escapar de termos no intento de não sermos capacitistas, mas acabamos por ser (Lima, 2023 p. 67).

Nos anos recentes, nota-se a crescente reivindicação do nosso lugar de onde desejamos estar, como agentes culturais, políticos e sociais questionando e transformando as estruturas que nos marginalizam. A arte e a educação são campos de promoção dessas mudanças e, entendo como um grande pleonasma unir a palavra “acessibilidade” a tais palavras, o mesmo

3. **Lugar de Falta** é parte do pensamento de Jéssica Teixeira no capítulo “A percepção de si como um ato de criação e acesso” (Teixeira, 2022). É um lugar simbólico no qual nós DEFS experimentamos a incompletude, a ausência, o vácuo proporcionado pela ausência de representação, falta de reconhecimento e outras relações com a perda de identidade e o capacitismo estrutural.

anexando-a “diversidade”, comumente aplicadas para evidenciar que pessoas com deficiência também fazem parte. Fazemos parte?

“Gerar imagem de pessoas com deficiência em uma área reservada com a placa PCD”. Esse foi um comando dado por mim nos campos de algumas plataformas de inteligência artificial para criar imagens; exercício que faço periodicamente, só por curiosidade, a fim de observar como alimentamos as inteligências artificiais. O resultado varia entre as plataformas, muitas vezes o algoritmo tende a gerar imagens estereotipadas de pessoas que utilizam cadeira de rodas, sempre brancas, ora sorridentes e cercadas por pessoas sem deficiência, ora entediadas em ambiente bancário-hospitalar (esses sim em grupos infelizes com várias figuras com deficiência e idosas). Em um caso específico, uma imagem criminosa foi gerada, colocando pessoas com deficiência que utilizam cadeiras de rodas dentro de um cercado gradeado com serragem no chão e alguns pequenos animais do lado de fora, ao lado de pessoas sem deficiência, todas brancas e utilizando um elemento específico de uma religião. Assunto para outro artigo com intersecções da sociologia, psicologia e semiótica.

Assim como não compete a esta escrita o aprofundamento histórico das bases sociais sobre a deficiência, também não pretendo me embrenhar sobre como embutimos informações nas inteligências artificiais – duas pontas que parecem se retroalimentar e que, por vezes, têm leituras mais ensolaradas e alvas, por outras bem sombrias e perversas.

O **Cercadinho PCD**, forma como me refiro (com forte ironia) às áreas reservadas para pessoas com deficiência no contexto físico e simbólico nas artes, representa um paradoxo. São espaços essenciais para que possamos acessar os espaços com dignidade e segurança, mas também nos confinam com muitas restrições e geram “processos seletivos” aplicando critérios subjetivos aleatoriamente, mesmo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Brasil, 2015) em vigor.

A abordagem simplista de que as áreas reservadas em eventos públicos, as cotas em projetos e vagas de trabalho para pessoas com deficiência nos setores artísticos-culturais resolvem todos os problemas e funcionam como blindagem às críticas ignora a diversidade das necessidades e experiências

Cercadinho PCD

DEFs, reduzindo-as à aparência, à estética e a funcionalidades, perpetuando estereótipos danosos colocando no mesmo balaio neurodiversidades, deficiências ocultas e outros aspectos óbvios ululantes para nós DEFs, mas não para os bípedes⁴. Aqui alguns episódios do capacitismo estrutural velado e não tão velado (constantes para muitos de nós):

Episódio 1: Grande show gratuito com estimativa de público de mais de um milhão de pessoas, porém com um **Cercadinho PCD** para cinquenta pessoas, considerando os acompanhantes. A proporção parece justa e prevista em lei? Aumentaram para cem pessoas com deficiência, obviamente contando os acompanhantes. Na entrada, acesso obstruído com equipamentos, maquinários e multidão de pessoas sem deficiência, o pseudo livre acesso a muito custo era para amputados, pessoas que utilizam cadeira de rodas, muletas e andadores, para os demais DEFs com passabilidade total ou parcial, não. Mesmo apresentando documentos comprobatórios previstos em lei e até mesmo de parte da deficiência física de membro superior, os olhares desconfiados dos controladores de acesso e seguranças julgam quem é suficientemente aleijado ou não. Do lado de dentro do cercadinho, havia apenas dois banheiros, que também eram compartilhados com profissionais de imprensa, número inferior na proporção prevista em lei e que não considera que uma pessoa com deficiência pode levar mais tempo para usar o banheiro por diversas questões. Além disso, nenhuma possibilidade de comprar bebidas e alimentos, diferente de quem está fora do **Cercadinho PCD**. O lazer e a fruição são estancados na porta da diversão para dar lugar à militância e, mais uma vez, ter que nos justificar, nos explicar, informar que são nossos direitos conquistados com muita luta dos antepassados DEFs, pessoas aliadas e traidores de seus privilégios⁵. Este não é um caso isolado.

4. Na carta “Carta aos bípedes”, Edu Oliveira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), define o termo “bípede” como uma estrutura socioeconômica, cultural e política que determina o que é normal e anormal, capaz e incapaz. Segundo ele, o pensamento bípede está enraizado no padrão normativo de corpo, que exclui e marginaliza as experiências da deficiência (Carta [...], 2020).

5. Contextualizado no final deste texto o conceito de “traidores de seus privilégios”

Episódio 2: Uma pessoa com deficiência, com vasta experiência e qualificação em mediação e gestão cultural com capacidade técnica e prática para assumir cargos de direção, sobrevive por uma década na mesma instituição de artes. Com a mesma função desde que foi admitido dentro da alcova “acessibilidade” atrelada ao educativo ou ao consultor de acessibilidade, geralmente o Cercadinho PCD *premium* dentro das instituições de arte nas quais nós DEFs podemos atuar com a supervisão da hegemonia bípede. Todas as tentativas de ascender de cargo ou ter atuação mais transversal nos demais setores sofreram muita resistência ou foram ceifadas, ignoradas, enfraquecidas (inclusive por pessoas de outros grupos minorizados), afinal é muito importante que o *token*⁶ fique no lugar cartesiano para manter os privilégios de quem sabemos. O profissional DEF passa por alguns quadros de esgotamentos, potencialmente minado, se adaptando às mudanças de gestão, tendo que se justificar diversas vezes, para diversas pessoas ao longo dos anos, justificar a existência DEF na cultura como produtores e artistas, e não apenas como públicos, justificar a importância de pensar fora dos modelos falaciosos para avançarmos nas pautas anticapacitistas; todas as pessoas com “alta qualificação”, exceto em Cultura do Acesso. O mesmo profissional DEF depois de uma década dentro do armário da neurodivergência decide se assumir, pois sentia uma enorme incoerência lutar pelos direitos das pessoas com deficiência e não se posicionar como autista; apresenta laudo comprobatório, inicia tentativa de aleijar⁷ as formas de pensar a acessibilidade institucional, e no percurso teve a necessidade de licença médica por esgotamento (e mais uma vez é obrigado a se justificar, dessa vez para ter seu afastamento respeitado), e quando volta, é desligado, como um eletrodoméstico que serve apenas em funcionamento pleno e com mascaramento, atendendo o fetiche

-
6. O termo “*token*”, ou “tokenismo”, tem origem nos Estados Unidos, durante o movimento dos direitos civis. Derivação da palavra *token*, que significa “símbolo” ou “ficha”. É uma prática discriminatória em que uma pessoa ou grupo minorizado é utilizado para exibir falsa diversidade para evitar críticas.
 7. Expressões violentas como “aleijado” estão em processo de ressignificação pela Cultura DEF protagonizada por artistas e atores sociais assim como a luta do movimento LGBTQ+ por visibilidade e respeito reivindicando expressões que eram deferidas para ofender, inferiorizar e ferir.

da normatividade sobre o controle de corpos PCD⁸ de alta performance com passabilidade que a hegemonia aplaude e quer de chaveirinho. Assim como o negro não pode ser mais que o branco permita que ele seja (Fanon, 2020), o DEF não pode ser mais que o bípede da suposta inclusão permita que ele seja. Este também não é um caso isolado.

Episódio 3: Uma pessoa sem deficiência, aliada na luta da acessibilidade, prestadora de serviços para uma grande e significativa feira no cenário cultural do país, organizada pelo Ministério da Cultura (para fomento e promoção para os diversos setores das indústrias criativas brasileiras), abrangendo áreas do audiovisual, música, literatura, artes visuais, entre outras, notou que na programação não havia pessoas com deficiência. Palestras, oficinas, shows... nenhuma pessoa com deficiência, tampouco a abordagem da acessibilidade para o mercado das indústrias criativas ou se quer recursos de acessibilidade. De pronto, a pessoa aliada convidou três DEFs de diferentes estados do Brasil, uma delas com quem ela já tinha mais contato e havia trabalhado em parceria internacional; pessoas que tentam circular fora dos Cercadinhos PCD. Uma mesa de debate e uma oficina foram realizadas com estas pessoas, ações que atraíram muitos bípedes e outras duas DEFs, uma que estava no evento como empreendedora do setor de artesanato e outra das artes da cena, que foi ao evento a fim de tentar patrocínio em rodadas de conversas. Um evento imenso promovido pelo recém-restituído Ministério da Cultura (MINC), sem recursos de acessibilidade e treinamento, sem presença equiparável de pessoas com deficiência. Simbolicamente, o imenso espaço que sediava o evento na região Norte do Brasil abriga um grande painel escultórico composto de centenas de moldes de mãos em terracota, representando os operários (e talvez operárias) que construíram o local. Quem observa não localiza uma mão DEF, só alguns dedos quebrados sem querer; DEFs ajudaram a construir esse lugar? Quantos se tornaram DEFs construindo esse lugar? Onde estamos representados? Onde estão as mãozinhas de obras DEF para o anticapacitismo na cultura?

8. Eventualmente utilizo a sigla PCD (pessoa com deficiência) ou para comunicar rapidamente para grupos mais leigos ou para ironizar. Na minha interpretação, a sigla ilustra certo esvaziamento e pasteurização aplicada como selo ou para se referir diretamente a uma pessoa, aplicada em documentos e muitas vezes substituindo o nome. Ex.: "Ali ao lado daquela PCD".

Não é segredo para as pessoas mais próximas que essas são algumas das cenas em que sou o ator DEF. O que intento refletir nessas palavras é que a famigerada ideia de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho artístico-cultural tem avançado mais para quem não tem deficiência, para sentirem menos “culpa bípede”⁹ do que de fato, impulsionada por políticas de ação lideradas por DEFs. Sim, devemos reconhecer que tivemos avanços como, por exemplo, com a Lei Paulo Gustavo¹⁰ que evidenciou algumas discussões acerca da produção dos recursos de acessibilidade (assim como também prevista na Rouanet¹¹ que não fazem mais do que a obrigação conforme estabelecida na LBI), mas que foi além com a pontuação para projetos que tiverem profissionais com deficiência na produção e mais ainda enquanto proponentes DEFs.

Nem todas as pessoas com deficiência querem ou têm saúde para levantar a bandeira de lutar pelo reconhecimento e garantia dos direitos difusos. E é claro que elas estão no direito delas, sem mais desgastes emocionais ao querer mediar e educar a população em qualquer situação social em que somos expostos ao capacitismo – da mesma forma, nem toda mulher levanta a bandeira antimachista e nem toda pessoa negra levanta a bandeira antirracista e assim por diante. De tal modo, acreditar que basta ter uma pessoa com deficiência por perto e mantê-la no cercadinho simbólico se resume a um pensamento simplista e insuficiente. A ordinária presença física de uma pessoa com deficiência, sem o acompanhamento de medidas que promovam a acessibilidade atitudinal, comunicacional, arquitetônica, metodológica, instrumental, programática e ambiental podem perpetuar estereótipos e reforçar a ideia de inclusão no sentido negativo, do sistema criado para controle dos DEFs, que se resume a quem se encaixa melhor dentro das estruturas

9. Em alusão à **culpa branca**, desconforto branco diante do próprio privilégio racial e do racismo sistêmico.

10. A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional.

11. A Lei 8.313/1991 foi criada com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina projetos com esse fim.

normativas hegemônicas, e não pelo reconhecimento da capacidade e do potencial de cada indivíduo.

Segundo Goffman (1988) estereótipos podem ser alimentados e aplicados para justificar a exclusão, a marginalização e de certa forma o controle de grupos sociais minorizados, incluindo nós, pessoas com deficiência. Para a ruptura dessas estruturas sociais enrijecidas, é fundamental adotar uma abordagem mais complexa que não apenas leve em conta, mas assuma e pratique a diversidade sem reduzir o termo.

O estigma associado à deficiência não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim uma construção social que se manifesta nas interações entre as pessoas e é reforçada pelas estruturas e práticas sociais. Essa construção social pode ter um impacto profundo na identidade e na autoestima das pessoas com deficiência, levando à internalização de visões negativas e estereotipadas sobre si mesmas ou podendo gerar reatividade e certa agressividade nas interações, resultado de uma existência de luta por reivindicações de condições e equidade muitas vezes silenciadas e frustradas. Como resultado, nós, pessoas com deficiência, podemos experimentar sentimentos de vergonha, culpa e baixa valorização, o que pode limitar nossa participação cabal nas instituições culturais, criações artísticas, na sociedade em geral. Em muitas conversas em consultorias para equipamentos culturais recebo relatos da gestão de que, quando há pessoas com deficiência na equipe (raríssimo), sentem um certo distanciamento e falta de motivação ou “engajamento” dessas DEFs. Em que condições ocupam tais espaços, cargos ou funções?

Outrossim, o estigma pode perpetuar a exclusão social, criando barreiras para o acesso às oportunidades de educação, emprego, lazer, política, artes etc., reforçando a marginalização das pessoas com deficiência nas instituições culturais que parecem selecionar por conviência e se esquecem que, para ter qualificação e experiência de trabalho, não tivemos as mesmas oportunidade e isonomia. Como formar pessoas com deficiência conscientes na produção cultural e a quem isso interessa? Há muito em jogo e se nós, DEFs, fizermos críticas diretas ao sistema, automaticamente nós deixamos de ser PCD e nos tornamos PNG: personas não gratas, pois a bipedia, na maior parte das vezes, se declara justa em nos conceder um espaço, o Cercadinho PCD – e ainda assim nós criticamos? Como pode?

A acessibilidade cultural, assim como os demais setores artísticos profissionais, é um campo complexo em constante movimento e pesquisa, que exige reflexões críticas sobre as práticas e os modelos vigentes. Até mesmo as Normas Brasileiras Regulamentadas (NBRs) e Normas Regulamentadoras (NRs) passam por atualizações, as leis, o vocabulário, as práticas museais e de democratização do teatro, dança, cinema. É preciso desformatar a ideia de que as artes e a cultura como áreas de atuação são privilégios de poucos, e que a pessoa com deficiência é um mero espectador passivo. Nas artes geramos espaços de encontros, de trocas e de reconhecimento de narrativas distintas, em que pessoas com e sem deficiência com suas interseccionalidades possam se sentir pertencentes, reconhecidas, valorizadas e valoradas. Obviamente, no sentido financeiro também é importante, pois segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022)¹², pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. A pesquisa apontou que, enquanto pessoas sem deficiência têm taxa de participação na força de trabalho de 66,4%, as pessoas com deficiência têm apenas 29,2%. Além disso, a taxa de pessoas com deficiência em trabalhos informais é de 55%, enquanto a dos sem deficiência é de 38,7%. Outro sintoma da exclusão da força de trabalho de pessoas com deficiência é o rendimento médio que aponta que uma pessoa com deficiência recebe 44,6% a menos do que uma pessoa sem deficiência. Não obstante, geralmente as divulgações de vagas de trabalho direcionadas às pessoas com deficiência são para estágio. Sintomático.

Como podemos ressignificar esses lugares simbólicos das áreas reservadas para pessoas com deficiência e oportunidades de trabalho em equidade para DEFs nas artes? Como podemos tomar de volta e ressignificar a palavra “Inclusão”, que nos foi sequestrada da Luta dos Direitos das Pessoas com Deficiência do início dos anos 1980 no Brasil para ser esvaziada e hierarquizada¹³ por pessoas e empresas que usam a palavra associada à “diversidade” como um selo de validação de *token*?

12. A PNAD 2022 é uma pesquisa estatística realizada IBGE para coletar dados da população brasileira no Brasil.

13. Em uma das obras de Estela Lapponi (2012), o *Manifesto Anti-inclusão*, a artista provoca a reflexão de que o conceito vigente de “inclusão” é hierarquizante, feito por pessoas sem deficiência, uma estratégia de controle e normatização.

Obviamente, não existem respostas exatas para essas perguntas, mas temos a arte, que, segundo Nietzsche, é a única forma de atividade humana que pode recriar o mundo. Ademais, a presença DEF na arte é uma forma de resistência a estética eugênica, é contranormativa e politizadora do corpo em cena e das ocupações de espaços artísticos.

As bases sociais não contemplam a nós, DEFs. Espaços físicos e simbólicos inacessíveis, restrições de linguagens, atitudes, metodologias e instrumentalizações criam segmentações nas quais pessoas com deficiência devem constantemente se adaptar ao mundo dos outros, dos sem deficiência, dos bípedes, falantes, enxergantes¹⁴, neurotípicos, simétricos, normais, regulares, comuns. Enquanto pessoas com corpos, formas de se comunicar e se relacionar aleijadas, atípicas e dissidentes somos negadas ou impedidas de construir nossa própria identidade porque estamos preocupadas em adentrar e sobreviver dentro das instituições culturais e produções artísticas sob o crivo de novos colonizadores, estes que ironicamente também falam sobre decolonização.

Então nos coube enfrentar o olhar branco, um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera de clara incerteza (Fanon, 2020, p. 126).

Mais uma vez tomo emprestada uma referência na luta antirracista para alimentar a luta anticapacitista, reflexões importantes acerca das consequências das imposições de padrões hegemônicos que fazem com que qualquer outra pessoa com condições distintas questione sua própria identidade. Pessoas com deficiência estão situadas em um mundo que não foi feito para elas. Assim como para o negro colonizado, um ser dividido, o mundo é dos brancos e sem deficiência. Devemos reconhecer a desigualdade estrutural capacitista. O corpo aleijado é o outro, um corpo estranho a um padrão imposto pela sociedade e, logo, tudo relacionado a tal corpo é estranho, alargando a dicotomia entre o “normal” e o “deficiente”, objeto de pena, indiferença

14. Contrapondo a terminologia “vidente”.

e até medo. Essas relações de desafeto tendem a nos apartar e impedir nossa participação plena e saudável, limitando nossas condições de acessar oportunidades em equidade, seja no ambiente de trabalho, num passeio cultural, num bar qualquer e nas relações afetivas e sexuais.

A participação de pessoas com deficiência nas produções e instituições culturais é um desafio que enfrentamos cotidianamente. Embora tenhamos progressos significativos, ainda há uma lacuna importante em relação à acessibilidade no amplo espectro cultural e simbólico, reflexo da forma como as produções culturais abordam DEFs, muitas vezes a partir de uma perspectiva de público passivo, carente e com falta, em vez de considerar o aleijo como uma diferença ou singularidade valiosa. É necessário mudar essa perspectiva e adotar uma Cultura do Acesso que valorize a diversidade e promova enquanto profissionais e artistas.

Uma cultura do acesso considera a deficiência como alteridade, uma diferença ou singularidade a ser considerada no encontro, e não como falta. Essa perspectiva é revolucionária porque muda a nossa forma de nos relacionarmos simbólica e afetivamente com a diferença da deficiência – ela não é simplesmente uma humanidade danificada, mas outra forma de ser humano, outro modo de existência – com suas próprias capacidades, seus próprios modos de ser e fazer que produzem conhecimentos que aqueles corporalmente constituídos como “normais” nem sempre são capazes de desenvolver, pois não fazem o mesmo uso dos seus corpos (Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia, 2020, p. 3).

A Cultura do Acesso, na qual uma das premissas é a atuação direta de DEFs conscientes, desafia o modelo do Cercadinho PCD para reconhecimento de justiça social em que **direitos básicos são construídos a partir de imaginários**¹⁵. É fundamental que mais pessoas sejam conscientes de seus direitos para revolucionar o paradigma da exclusão, da benevolência assistencialista, em que qualquer coisa, recurso, cargo, função ou remuneração serve e, de que devemos sempre estar dispostos e dispostas a nos justificar e explicar pacientemente o capacitismo para a hegemonia que “está

15. Reflexão provocada pela professora Deise Brito na aula do dia 4 de setembro de 2023 no Mestrado em Artes da Cena: turma especial Laboratório em Artes e Mediação Cultural (Escola Superior de Artes Célia Helena – Escola Itaú Cultural).

Cercadinho PCD

aprendendo.” Essa é uma responsabilidade coletiva, a deficiência não é um problema individual, mas uma questão social (Teixeira, 2021).

O Cercadinho PCD é uma metáfora, simbolismo irônico das limitações e expectativas sociais recheadas de inclusão de representação falaciosa. Tal modelo precisa ser aleijado e desafiado com nossas contribuições como artistas, pessoas atuantes nas produções, gestões e direções de equipamentos culturais e projetos de arte para criar permaculturas¹⁶ do acesso que sejam duradouras e contínuas que gerem campos de atuação mais corajosos, criativos, experimentativos, desobstruídos e respeitosos, assim e tão mais quanto almejam nossos antepassados DEFs.

Que atitudes anticapacitistas passaram a fazer parte da sua realidade nas produções culturais?

O artista DEF é artista ou PCD, primeiro?

Pessoas com deficiência desafiam o capacitismo nas instituições culturais e, de certo modo, subvertem propondo e criando formas de arte e gestão cultural que refletem suas experiências e perspectivas. Para uma mãozinha no anticapacitismo cultural, é necessário reconsiderarmos o lugar comum criado pela hegemonia em relação às pessoas com deficiência, como parte de uma diversidade subalternizada dentre as diversidades.

Encerro com um compartilhamento que vai além do academicismo, com algo que nos atravessa, rasga, fermenta, reflexão feita pela artista Ana do Vale em um post no Instagram no dia 21 de setembro de 2024:

Precisamos de menos aliados e mais traidores.

Traidores de sua classe social, de sua cor, seu gênero, sua espécie, seu partido, seu privilégio.

Não aliados a partir de sua comodidade discursiva, mas traidores na incomodidade da práxis.

É disso que precisamos.

Quer ser um aliado da pessoa com deficiência?

Trai os teus privilégios

(Vale, 2024).

16. Mais uma vez tomo emprestado um termo de outro setor – permacultura é mais usual nas relações com a terra e o plantio, um tipo de abordagem sustentável para gerar sistemas harmoniosos com o meio ambiente.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- CARTA aos bípedes #2 - com libras. [S. l.: s. n.], 2020. Publicano pelo canal Edu O. 1 vídeo (17 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tpLn3Vr2HHk>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade**. Brasília, DF: ABA; São Paulo: ANPOCS; Rio de Janeiro: UERJ, 2020.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 9 fev. 2025.
- LAPPONI, Estela. **Manifesto Anti-inclusão**. Blogpost, 29 maio 2012. Disponível em: <https://estelapponi.blogspot.com/2012/05/anti-inclusao-manifesto.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- LIMA, João Paulo. Acessibilidade, corporeidades e interseccionalidades. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS (org.). **Anais da ABRACE 2024**. [S. l.: s. n.], 2023. p. 67.
- MCRUER, Robert. **Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência**. São Paulo: Papéis Selvagens, 2024.
- NASCIMENTO, Tatiana. Leve sua culpa branca pra terapia. **O Menelick**, maio 2020. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/leve-sua-culpa-branca-pra-terapia>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- PICCOLO, Gabriel Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. Curitiba: Apris, 2022.
- SIEBERS, Tobin. **Disability Theory**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
- TEIXEIRA, Carolina. **Deficiência em cena: a ciência excluída e outras estéticas**. 2 ed. Natal: Offset, 2021.

Cercadinho PCD

TEIXEIRA, Jéssica. A percepção de si como um ato de criação e acesso. In: ALVES, Jefferson Fernandes; SILVA, Carlos Alberto Ferreira da; BERSELLI, Márcia (Org.). **Artes Cênicas e acessibilidade cultural**: contextos de desaprendizagens. Natal: SEDIS-UFRN, 2022.

VALE, Ana do. (@lentamenteprogressiva). Precisamos de menos aliados e mais traidores [...]. **Instagram**, 21 set. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DALlz80pbpc/?img_index=3&igsh=OTJudWR6MXc5OGJ4. Acesso em: 7 jan. 2025.